

Depois de ter licença médica revogada, Marconny Farias — que seria peça-chave do contrato entre Precisa e Ministério da Saúde — não depõe e deixa senadores indignados

# Lobista desaparece e a CPI corre atrás

» TAINÁ ANDRADE  
» CRISTIANE NOBERTO

O lobista Marconny Faria, apontado como peça-chave do contrato assinado entre a Precisa Medicamentos e o Ministério da Saúde, simplesmente fugiu do depoimento, ontem, na CPI da Covid, irritando os senadores que, agora, querem que ele compareça de qualquer jeito. O presidente do colegiado, Omar Aziz (PSD-AM), e o vice, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), protocolaram pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo autorização para que Marconny seja trazido à força à comissão.

A ministra Cármen Lúcia, do STF, manteve a decisão que obrigou o lobista a prestar depoimento como testemunha e rejeitou um pedido da defesa para reconsiderar parecer dado na quarta-feira. Os advogados voltaram a argumentar que ele é investigado pelo Ministério Público Federal por fatos sob apuração na CPI e, portanto, deveria ser desobrigado a se apresentar diante dos senadores.

Cármen Lúcia, porém, disse que a defesa não trouxe argumentos ou fatos novos que justificassem a revisão da decisão. E observou, ainda, que a comissão de inquérito reafirmou, “expressa e sublinhadamente”, que o Marconny foi convocado na condição de testemunha. Dessa forma, ele precisa comparecer ao interrogatório e se comprometer a di-

Roque de Sá/Agência Senado



Aziz se aborrece ao ler laudo do Sírio sobre Tolentino, que deveria ir à CPI

zer a verdade, mas poderá se recusar a responder a perguntas que possam incriminá-lo.

A cúpula da CPI também pediu à Polícia Federal que retenha o passaporte do lobista. Há ainda, da parte dos senadores, a intenção de acionar a Interpol para que o detenha caso consiga fugir do país.

A situação de Marconny começou a se complicar quando o médico que havia concedido um atestado que permitia a ele se afastar do trabalho por 20 dias — algo que os senadores consideraram inédito, pois jamais tinham visto uma dispensa tão longa — comunicou à CPI que revogaria o documento que emitira. Mais:



que retirava a autorização por desconfiar que Marconny fingira os sintomas que levaram à emissão do laudo.

## Contatos

Mas não seria apenas por causa das conexões de Marconny com a Precisa a razão pelas quais os senadores queriam ouvi-lo. Depois da interrupção da sessão para que os ânimos acalmassem e houvesse um rearranjo no planejamento do dia, os senadores exibiram conteúdos de conversas do celular do lobista, apreendidos na Operação Hospedeiro e repassados pelo Ministério Público Federal do Pará (MPF) à CPI. As mensagens reve-

laram que Ana Cristina Valle, ex-mulher do presidente Jair Bolsonaro e mãe de Jair Renan, o filho 04, contou com a ajuda de Marconny para nomeações em órgãos públicos, inclusive no Ministério da Saúde.

Pelos registros, Marconny mantinha contato direto com Jair Renan desde 2019. Primeiramente, os assuntos giravam em torno de amenidades, mas diálogos sobre possíveis negócios depois que Karina Kufa, a advogada do presidente, tê-los apresentado e à mãe do 04.

“Talvez seja de bom tom apresentar ao Brasil o conjunto de informações que detemos. Repito: o senhor Marconny não é o senhor de um lobby, é o senhor todo poderoso de todos os lobbys”, provocou Randolfe.

Outro que também não compareceu à CPI e entregou um atestado médico alegando “formigamento” foi Marcos Tolentino, apontado como sócio oculto da empresa FIB Bank, que emitiu uma carta-fiança à Precisa para que pudesse fechar negócio com o Ministério da Saúde. E, como Marconny, irritou os senadores.

Isso porque, apesar de ter dado entrada no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, na quarta-feira à tarde, poucas horas depois concedia uma entrevista para o site *O Antagonista* sem, aparentemente, manifestar qualquer desconforto ou o problema que alegou aos médicos que o atenderam — e cujo vídeo foi exibido na sessão da CPI.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br



maure

## Queiroga saiu? Uma vírgula!

A notícia de que o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, havia pedido demissão foi a sensação nas redes sociais, ontem, até ser desmentida pelo próprio. Em se tratando daquela pasta, cuja atuação na pandemia de covid-19 é investigada pela CPI do Senado, tudo poderia acontecer, ainda mais uma troca de ministros, porque três já passaram pelo cargo. A notícia era uma “barriga”, ou seja, uma notícia falsa no velho jargão jornalístico, geralmente publicada de forma involuntária, ou seja, algo muito diferente de uma maldosa fake news. Se bem que não é incomum um fato como esse se confirmar somente algumas semanas depois, por puro capricho de quem demite, porque a informação “vazou”.

A história toda começou por causa de uma vírgula, na coluna publicada pelo jornalista Matheus Leitão, no site da revista *Veja*, intitulada “Queiroga, pede para sair”. O texto faz um balanço da atuação do ministro e conclui: “Assim como todos os ministros da Saúde que já passaram pelo governo de Jair Bolsonaro, Queiroga demonstra fraqueza e apatia no cargo. Ninguém supera os erros de Eduardo Pazuello, mas talvez seja hora de Queiroga cogitar sua saída da liderança da pasta que se tornou o foco e a responsável por administrar a crise no país nos últimos meses”.

Houve leitura apressada do texto, ignorando a pontuação, ou seja, concluíram que Queiroga havia pedido demissão. Quem checou com alguma fonte dádiosa, provavelmente teve a confirmação antes de publicar a notícia. Tropeçar na vírgula é um dos cavacos do ofício de jornalista, daí a antológica campanha realizada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ao completar 100 anos:

A vírgula pode ser uma pausa... ou não:

Não, espere.  
Não espere.  
Ela pode sumir com seu dinheiro:  
R\$ 23,4.  
R\$ 2,34.  
Pode criar heróis:  
Isso só, ele resolve!  
Isso, só ele resolve!  
Ela pode ser a solução:  
Vamos perder, nada foi resolvido!  
Vamos perder nada, foi resolvido!  
A vírgula muda uma opinião:  
Não queremos saber!  
Não, queremos saber!  
A vírgula pode condenar ou salvar:  
Não tenha clemência!  
Não, tenha clemência!  
Uma vírgula muda tudo!  
ABI: 100 anos lutando para que ninguém mude uma vírgula da sua informação.

## Mais uma dose

São funções da vírgula: (1) representar uma pausa ou uma mudança na entonação; (2) separar palavras ou orações que precisam de destaque; (3) eliminar ambiguidades e esclarecer o conteúdo da frase. Há situações em que é imprescindível empregar a vírgula, como nas orações explicativas, e outras em que ela não deve ser usada, como nas orações restritivas. Por isso, ao anunciar o nome do presidente da República, Jair Bolsonaro, usa-se vírgula; para falar do ex-presidente José Sarney, porém, não, porque outros também exerceram o cargo: Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer.

A vírgula é terminantemente proibida quando separa o sujeito do verbo e seus complementos. Quando há apenas um substantivo simples no sujeito, fica mais fácil: João saiu de casa à meia-noite. A mesma lógica se aplica ao verbo e seus complementos: João pediu a Maria que fosse visitá-lo.

No caso Queiroga, realmente, a vírgula faz sentido, deveria pedir pra sair. Não é competente como sanitário, está no cargo porque atende aos caprichos de Bolsonaro, um negacionista, que até hoje não se vacinou contra a covid-19 ou o fez escondido, como o general Luiz Ramos, secretário-geral da Presidência.

A última do Queiroga foi retirar a CoronaVac, a vacina do Butantã, do programa de reforço da vacina, a chamada terceira dose. Foram aplicadas, até agora, 57,4 milhões de doses dessa vacina. Os que a tomaram não terão direito ao reforço? Ontem, o *The New England Journal of Medicine* publicou o resultado de uma pesquisa realizada no Chile sobre a eficácia da vacina chinesa, que usa o método tradicional, mas contra a qual Bolsonaro até hoje faz campanha. Realizada de 2 de fevereiro a 1º de maio de 2021, alcançou 10,2 milhões de pessoas vacinadas acima de 16 anos, com uma média de 600 mil pessoas/dia.

Entre as que foram totalmente imunizadas, a eficácia da vacina ajustada foi de 65,9% para a prevenção contra a covid-19; de 87,5% para a prevenção de hospitalização; 90,3% para a prevenção de admissão na UTI; e de 86,3% para a prevenção de morte relacionada a covid-19. “Nossos resultados sugerem que a vacina SARS-CoV-2 inativada preveniu efetivamente a covid-19, incluindo doença grave e morte”, concluiu o relatório.

Fotos: Pedro França/Agência Senado



Leila dirige internamente a sessão da CPI que inquiriu Francisco Araújo Filho. Ex-secretário negou ter se submetido à Global, mas não convenceu

## Senadores emparedam ex-secretário do DF

Em depoimento à CPI da Covid, o ex-secretário de Saúde do Distrito Federal Francisco Araújo Filho negou conhecer o dono da Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano, ou qualquer representante da empresa. Ele também se defendeu das acusações de compras com sobrepreço de testes contra o novo coronavírus durante sua atuação na secretaria de saúde do DF. Mas isso não convenceu os senadores Leila Barros (Cidadania-DF), Izalci Lucas (PSDB-DF) e Reguffe (Podemos-DF), que perceberam várias inconsistências nas respostas que receberam.

Araújo foi preso em agosto de 2020 durante a Operação Falso Negativo, da Polícia Federal. A investigação abarcou ilícitos na aquisição de testes rápidos para detecção da covid-19 para a rede pública de saúde. A compra teria o envolvimento da Precisa. “Não conheço os donos. Nunca tive relação ou contato com pessoas, donos ou empresários da empresa”, garantiu. Na época, a transação foi fechada com a Global



Izalci lembrou má qualidade dos kits. Reguffe, a fabricante de brinquedos

Medicamentos, hoje a Precisa.

O ex-secretário contestou a avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU) de que houve sobrepreço na obtenção de testes da marca Livzon, que a Precisa vendeu pelo preço unitário de R\$ 139,90 — o GDF obteve 150 mil testes. De acordo com Izalci, a Produtos Médicos Hospitalares Ltda. ofereceu uma proposta de vender cada



teste a R\$ 73, mas, mesmo assim, foi desqualificada. Segundo Araújo, isso se deu porque a empresa não tinha condições de entregar a quantidade requerida pela secretaria no prazo estipulado, em função do avanço da pandemia no DF. Izalci, porém, rebateu e apontou para a baixa qualidade do material da Livzon, que apresentou aproximadamente 13%

de falsos resultados negativos.

Com relação às acusações de superfaturamento de compras dos testes pelo valor de R\$ 180, oferecido pela loja da Luna Park Brinquedos — o valor máximo observado até então era de R\$ 110 —, Araújo disse que o preço do insumo disparou devido à indisponibilidade do produto nas outras empresas participantes do processo.

Reguffe apresentou informações de uma auditoria do TCU que aponta indícios de irregularidades na escolha da empresa de brinquedos para aquisição de testes. Araújo se defendeu afirmando que apesar de a razão social da empresa se referia a brinquedos também, tinha capacidade de vender testes. Indagado novamente se o ex-secretário via algo “errado” na secretaria, Araújo justificou que “no primeiro momento, da primeira onda (de covid-19), todos nós desconhecíamos totalmente aquele cenário e muitos insumos ficaram muito mais caros. Se houve algum erro, foi buscando o meu melhor”. (TA e CN com Agência Estado)